

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	7
DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	8
Demonstração do Valor Adicionado	9
Comentário do Desempenho	10
Notas Explicativas	17

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	41
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	43
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	44
Motivos de Reapresentação	45

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	363.558
Preferenciais	0
Total	363.558
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	1.788.179	1.690.712
1.01	Ativo Circulante	82.357	47.801
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.945	6.382
1.01.02	Aplicações Financeiras	44.744	1.347
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	44.744	1.347
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	44.744	1.347
1.01.03	Contas a Receber	19.405	14.880
1.01.03.01	Clientes	19.387	14.880
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	18	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	458	3.037
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	458	3.037
1.01.07	Despesas Antecipadas	9.252	5.988
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.553	16.167
1.01.08.03	Outros	1.553	16.167
1.01.08.03.02	Outros	1.553	935
1.01.08.03.03	Conta Reserva	0	15.232
1.02	Ativo Não Circulante	1.705.822	1.642.911
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	13.409	15.857
1.02.01.06	Tributos Diferidos	11.317	12.713
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11.317	12.713
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	797	1.921
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.295	1.223
1.02.03	Imobilizado	2.970	3.102
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.970	3.102
1.02.04	Intangível	1.689.443	1.623.952
1.02.04.01	Intangíveis	1.689.443	1.623.952
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.689.443	1.623.952

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	1.788.179	1.690.712
2.01	Passivo Circulante	1.410.785	1.391.891
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.873	8.490
2.01.01.01	Obrigações Sociais	2.082	7.340
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	6.791	1.150
2.01.02	Fornecedores	22.851	34.517
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	22.851	34.517
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.476	3.943
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.954	1.865
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.954	0
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	120	107
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.402	1.971
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	985.212	1.001.043
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	985.212	1.001.043
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	985.212	1.001.043
2.01.05	Outras Obrigações	389.373	343.898
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	389.373	338.594
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	9.098	0
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	330.009	299.142
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	50.266	39.452
2.01.05.02	Outros	0	5.304
2.02	Passivo Não Circulante	33.122	10.129
2.02.02	Outras Obrigações	2.785	962
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.785	0
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	2.785	0
2.02.02.02	Outros	0	962
2.02.04	Provisões	30.337	9.167
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	475	0
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	475	0
2.02.04.02	Outras Provisões	29.862	9.167
2.02.04.02.04	Provisões para Conserva Especial	29.804	8.679
2.02.04.02.05	Provisões para Contingências	58	488
2.03	Patrimônio Líquido	344.272	288.692
2.03.01	Capital Social Realizado	363.558	313.558
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-19.286	-24.866

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual	Acumulado do Atual Exercício	Igual Trimestre do Exercício Anterior	Acumulado do Exercício Anterior
		01/07/2017 à 30/09/2017	01/01/2017 à 30/09/2017	01/07/2016 à 30/09/2016	01/01/2016 à 30/09/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	117.283	359.955	124.775	495.863
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-73.376	-215.746	-74.234	-336.190
3.03	Resultado Bruto	43.907	144.209	50.541	159.673
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-5.295	-15.245	-6.232	-17.184
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.309	-15.329	-6.425	-17.792
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	14	84	193	608
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	38.612	128.964	44.309	142.489
3.06	Resultado Financeiro	-40.733	-121.989	-58.850	-113.487
3.06.01	Receitas Financeiras	365	1.219	1.864	2.691
3.06.02	Despesas Financeiras	-41.098	-123.208	-60.714	-116.178
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-2.121	6.975	-14.541	29.002
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	1.731	-1.395	4.929	-9.899
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-390	5.580	-9.612	19.103
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-390	5.580	-9.612	19.103
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior
					01/01/2016 à 30/09/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	-390	5.580	-9.612	19.103
4.03	Resultado Abrangente do Período	-390	5.580	-9.612	19.103

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício	Acumulado do Exercício Anterior
		01/01/2017 à 30/09/2017	01/01/2016 à 30/09/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	83.333	70.355
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	166.164	157.963
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.244	-85.550
6.01.03	Outros	-84.075	-2.058
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-96.849	-215.001
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	14.079	145.103
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	563	457
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	6.382	5.288
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	6.945	5.745

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	313.558	0	0	-24.866	0	288.692
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	313.558	0	0	-24.866	0	288.692
5.04	Transações de Capital com os Sócios	50.000	0	0	0	0	50.000
5.04.01	Aumentos de Capital	50.000	0	0	0	0	50.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	5.580	0	5.580
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.580	0	5.580
5.07	Saldos Finais	363.558	0	0	-19.286	0	344.272

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	240.558	0	0	-39.666	0	200.892
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	240.558	0	0	-39.666	0	200.892
5.04	Transações de Capital com os Sócios	67.000	0	0	0	0	67.000
5.04.01	Aumentos de Capital	67.000	0	0	0	0	67.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	19.103	0	19.103
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	19.103	0	19.103
5.07	Saldos Finais	307.558	0	0	-20.563	0	286.995

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício	Acumulado do Exercício Anterior
		01/01/2017 à 30/09/2017	01/01/2016 à 30/09/2016
7.01	Receitas	385.474	520.733
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	300.574	298.053
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	84.900	222.680
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-181.145	-299.348
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-84.900	-222.680
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-46.629	-31.371
7.02.04	Outros	-49.616	-45.297
7.03	Valor Adicionado Bruto	204.329	221.385
7.04	Retenções	-19.540	-18.286
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-19.540	-18.286
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	184.789	203.099
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.724	4.138
7.06.02	Receitas Financeiras	1.219	2.691
7.06.03	Outros	505	1.447
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	186.513	207.237
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	186.513	207.237
7.08.01	Pessoal	25.244	31.052
7.08.01.01	Remuneração Direta	21.245	26.744
7.08.01.02	Benefícios	2.343	2.746
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.656	1.562
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	31.790	41.880
7.08.02.01	Federais	17.350	27.946
7.08.02.02	Estaduais	144	133
7.08.02.03	Municipais	14.296	13.801
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	123.899	115.202
7.08.03.01	Juros	122.154	113.840
7.08.03.02	Aluguéis	1.188	1.241
7.08.03.03	Outras	557	121
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	5.580	19.103
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	5.580	19.103

Comentário de Desempenho

1. Perfil da Companhia

1.1. Apresentação

A Concessionária Rota do Oeste S.A. (“CRO”) foi constituída em 27 de dezembro de 2013, com propósito de explorar o lote da BR-163 MT, que compreende o trecho rodoviário com extensão total de 850,9 km, sendo 822,8 km na BR-163 e 28,1 km na BR-070, entre os municípios de Itiquira (divisa com Mato Grosso do Sul) e Sinop, passando por 19 municípios do estado do Mato Grosso, entre eles a capital Cuiabá.

A Concessão tem o objetivo de executar os serviços correspondentes às funções operacionais, de conservação, recuperação e de ampliação da BR-163 MT, através do Contrato “EDITAL Nº 003/2013, Parte VII” assinado pela União através da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) e a Concessionária Rota do Oeste em 12 de março de 2014, com duração prevista de 30 (trinta) anos a contar de 21 de março de 2014, data de assunção do contrato (“CONTRATO”). Conforme o Contrato de Concessão, os investimentos no Projeto são determinados pelo Programa de Exploração da Rodovia (“PER”).

1.2. Destaques

A Companhia acumulou até o final do 3T17, investimento de R\$ 1,7 bilhão em obras de recuperação, operação, ampliação e melhoria do sistema rodoviário sob concessão, recolheu R\$ 17 milhões em ISSQN aos cofres de 19 municípios referente a obras e arrecadação, atendeu 91.863 ocorrências e acidentes em 2017 e reduziu em 20% o número de vítimas fatais – se comparando ao mesmo período de 2016. A concessionária beneficiou 13.743 pessoas, através de seus programas de responsabilidade social no ano.

No segundo trimestre de 2017 foram celebrados o 6º aditamento ao empréstimo ponte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o 2º aditamento ao empréstimo ponte da Caixa Econômica Federal – CEF. Em 15 de maio de 2017 a alçada competente do BNDES autorizou a celebração do aditamento para prorrogar a data de vencimento da parcela única de amortização do principal da dívida, de 15/08/2017 para 15/11/2017, mediante cumprimento de condições precedentes pela Companhia. Em 14 de junho de 2017 foi assinado junto à CEF o aditamento para determinar a prorrogação do vencimento do contrato, de 20/05/2017 para 20/11/2017.

1.3. Perspectivas

A CRO busca financiamento para fazer face aos investimentos previstos no contrato de concessão. Como financiamento principal a Concessionária vem negociando um financiamento de Longo Prazo, cujas condições de apoio foram divulgadas em 2013 pelo BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, para as licitações de Concessões de Rodovias Federais integrantes do Programa de Investimentos em Logística (“PIL”). Além do financiamento principal, a CRO considera outras fontes de financiamento, entre elas, debêntures de infraestrutura ou outras fontes que poderão ser exploradas pela Concessionária.

Comentário do Desempenho

Comentário de Desempenho

2. Desempenho Econômico Financeiro

2.1. Tráfego

Categoria	Em milhares de VEP		
	3T17	3T16	Var. (%)
Pesado	20.521	21.871	-6%
% Veículos	90%	91%	-
Leve	2.359	2.198	7%
%Veículos	10%	9%	-
Total Vep.¹	22.880	24.068	-5%

¹ Veículos Equivalentes Pagantes ("VEP") é uma unidade de medida de volume de tráfego pedagiado (número de veículos multiplicado pelo número de eixos).

Durante o terceiro trimestre de 2017, o tráfego pagante alcançou um total de 22.880 mil em VEP, valor 5% inferior ao registrado no mesmo período do ano anterior, quando atingiu um volume de 24.068 mil VEP. O tráfego pagante do período foi composto de 90% de veículos pesados e 10% de veículos leves.

2.2. Receitas

Descrição	3T17	3T16	Var. (%)
Receitas de Pedágio	107.491	104.122	3%
Receitas Acessórias e Outras	1.278	1.120	14%
Receita Bruta	108.769	105.242	3%
Tributos sobre serviços de operação	(9.257)	(8.912)	4%
Receita Líquida	99.512	96.330	3%

A receita total gerada pela arrecadação do pedágio, pelas receitas acessórias e outras receitas foi de R\$ 108.769 mil no terceiro trimestre de 2017, valor 3% superior ao mesmo período de 2016. A receita líquida, por sua vez, foi de R\$ 99.512 mil desconsiderando a receita de construção de R\$ 17.771 mil.

2.3. Custos e Despesas

Os custos e despesas totais refletem os Custos de serviços, Custos de Obra de Infraestrutura e as Despesas Gerais e Administrativas.

Comentário do Desempenho

Comentário de Desempenho

Descrição	3T17	3T16	Var. (%)
Custos de Serviços	(55.605)	(45.789)	21%
Custos de Obra de Infraestrutura	(17.771)	(28.445)	-38%
Despesas Gerais e Administrativas	(5.309)	(6.424)	-17%

Os custos de serviços incorridos durante o terceiro trimestre de 2017 totalizaram R\$ 55.605 mil. Os Custos de Obra de Infraestrutura, por sua vez, totalizaram R\$ 17.771 mil de julho a setembro de 2017, valor 38% inferior ao registrado para o mesmo período do ano anterior. Os custos de serviços e despesas gerais e administrativas apresentaram aumento de 21% superior e 17% inferior quando para o mesmo período.

2.4. EBITDA

Descrição	Em milhares de reais		
	3T17	3T16	Var. (%)
Resultado líquido do período	(389)	(9.611)	96%
(+/-) Imp. de Renda e Contrib. Social Diferidos	(1.731)	(4.929)	-65%
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	40.733	58.849	-31%
(+/-) Outras (despesas) receitas	(15)	(192)	-92%
(+/-) Depreciação / Amortização	7.014	6.467	8%
(+/-) Provisões	8.382	2.287	267%
EBITDA	53.994	52.871	2%

O EBITDA atingiu no terceiro trimestre de 2017 o montante de R\$ 53.994 mil, registrando elevação em relação ao mesmo período de 2016, de 2%.

2.5. Resultado Financeiro

Descrição	Em milhares de reais		
	3T17	3T16	Var. (%)
Receitas Financeiras	365	1.864	-80%
Despesas Financeiras	(41.098)	(60.714)	-32%
Resultado Financeiro Líquido	(40.733)	(58.849)	-31%

No acumulado de julho a setembro de 2017, o resultado financeiro líquido da Companhia atingiu o valor negativo de R\$ 40.733 mil, registrando redução de 31% ante ao 3T16. As Receitas Financeiras totalizaram R\$ 365 mil no mesmo período, redução de 80% no comparativo com o mesmo período do ano anterior, enquanto as despesas financeiras também apresentaram variação negativa, com redução de 32%.

Comentário do Desempenho

Comentário de Desempenho

2.6. Endividamento

Descrição	Em milhares de reais		
	30 de setembro de 2017	31 de dezembro de 2016	Var. (%)
Dívida Bruta	985.212	1.001.043	-2%
Caixa e Equivalente de Caixa e Aplicações Financeiras	(51.689)	(22.961)	125%
Dívida Líquida	933.523	978.082	-4,6%

Ao final do terceiro trimestre de 2017 o endividamento líquido da Companhia apresentou recuo de 4,6% comparado ao final do ano anterior, totalizando R\$ 933.523 mil. O valor de Caixa, Equivalente de Caixa e Aplicações Financeiras foi 125% maior no mesmo comparativo.

2.7. Investimentos

Os investimentos acumulados até o terceiro trimestre de 2017 totalizaram R\$ 1.689.443 mil sendo destinados aos trabalhos iniciais na rodovia, como conservação, tapa-buraco, sinalização, às obras de duplicação de trecho de 117,6 km ao sul de Rondonópolis, à conclusão das obras das praças de pedágio, à construção de alguns dispositivos que compõe o sistema rodoviário, bem como conservação e recuperação de trechos assumidos recentemente através de Termos Aditivos ao Contrato de Concessão.

Para o pleno atendimento do PER, são estimados ao longo da concessão R\$ 6,8 bilhões em investimentos, sendo R\$ 3,4 bilhões durante os primeiros 5 anos do Projeto (valores em moeda real de novembro 2013).

3. Informações da Companhia

3.1. Gestão de Pessoas

A base para integração de Pessoas dentro da empresa é feita através dos princípios, conceitos e critérios da Tecnologia Empresarial Odebrecht (“TEO”). Nos pilares da TEO está a orientação para os resultados, a descentralização da gestão através da delegação planejada e a educação pelo e para o trabalho.

A base de todo o trabalho é a confiança nas pessoas e em sua capacidade de buscar seu autodesenvolvimento pessoal e profissional. A CRO terminou o terceiro trimestre de 2017 com o efetivo de 669 integrantes diretos.

3.2. Atendimento ao Usuário

A CRO presta serviços de atendimento ao usuário com a disponibilização de 18 bases operacionais, serviço de atendimento médico com 13 ambulâncias de resgate e 5 UTI's com médico, 19 viaturas de inspeção, 18 guinchos para atendimento a veículos de passeio e 8 para atendimento exclusivo a caminhões, além de 5 caminhões de combate a incêndio (caminhões-pipa), 5 caminhões-guindaste e 5 veículos para apreensão de animais. Toda esta estrutura está disponível a todos os usuários da rodovia, bem como o telefone de emergência gratuito (0800 065 0163), além do Centro de Controle de Operações (“CCO”), que monitora a rodovia 24 horas por dia.

Comentário do Desempenho

Comentário de Desempenho

Durante julho a setembro de 2017 o CCO registrou 32.112 ocorrências, das quais resultaram em acionamentos para os veículos de apoio, destacando-se:

- 8.660 acionamentos para atendimento mecânico e apoio operacional pelos veículos de inspeção de tráfego, guinchos e combate a incêndio;
- 5.552 acionamentos para remoção de veículos;
- 1.749 acionamentos para as ambulâncias.

O CCO registrou 91.863 ocorrências, entre os meses de janeiro a setembro de 2017.

4. Governança

A Concessionária Rota do Oeste S.A. é uma sociedade anônima, de propósito específico, de capital fechado registrada na categoria B perante a CVM, criada sob a forma de subsidiária integral da Odebrecht Rodovias S.A.

A estrutura de Governança Corporativa da Companhia está atualmente calcada em duas entidades principais, o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia.

De acordo com o estatuto social da Companhia, o Conselho de Administração deve ser composto de, no mínimo, três e, no máximo, seis membros efetivos e respectivos suplentes, a serem eleitos e destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral da Sociedade, com um mandato unificado de dois anos, sendo permitida a reeleição.

O Conselho de Administração tem sua atuação definida no âmbito institucional da organização, atuando na fixação da orientação geral dos negócios da Companhia, na análise dos relatórios da administração e contas da Diretoria, na convocação de assembleias, na aprovação do Plano de Negócios, entre outras atribuições.

A Diretoria é o órgão executivo e de representação da Companhia. A Diretoria deverá ser composta de no mínimo dois Diretores, e, no máximo, quatro Diretores eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração. Os Diretores são eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de dois anos, admitida a reeleição. Atualmente a CRO conta com um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores e um Diretor Técnico de Engenharia.

A Rota do Oeste implantou, em 2014, um Sistema de Conformidade com o objetivo de endereçar regras e procedimentos para assegurar a conformidade dos negócios com os requisitos legais, princípios de conduta ética e responsável na tarefa empresarial (“Sistema de Conformidade”). Esse Sistema de Conformidade inclui: (i) implementação da Política sobre Conformidade com Atuação Ética, Íntegra e Transparente, aprovada pelo Conselho de Administração, (ii) criação e plena operação dos Canais Linha de Ética disponibilizados em tempo integral para os integrantes, prestadores de serviços, fornecedores, usuários e público em geral, (iii) implantação do Comitê de Ética, com calendário de reuniões periódicas; e (iv) o engajamento dos parceiros comerciais, por meio da inclusão de dispositivos contratuais, com a obrigatoriedade adesão ao Código de Conduta do Fornecedor e à Cláusula Anticorrupção.

Comentário do Desempenho

Comentário de Desempenho

Uma série de iniciativas para aprimoramento e robustez do Sistema de Conformidade da Rota do Oeste foram iniciadas em 2016, as quais decorrem de alterações realizadas no âmbito de sua controladora após reestruturação da estrutura de governança de seu Sistema de Conformidade. Dentre as ações em curso, incluem-se (i) a elaboração de matriz de riscos e controles; (ii) participação em compromissos públicos ligados ao tema conformidade (a Odebrecht Transport S.A. é signatária do Pacto Global da ONU desde março de 2016); (iii) revisão e criação de políticas e diretrizes internas; (iv) plano para capacitação de seus Integrantes sobre a Política de Conformidade/instruções e diretrizes internas; e (v) elaboração de campanhas de comunicação interna para reforço das mensagens da Política de Conformidade da Rota do Oeste.

5. Responsabilidade Socioambiental

5.1. Desempenho Social e Benefício às Comunidades

No terceiro trimestre de 2017 a Companhia realizou os projetos Parada Legal e Agente Mirim de Trânsito.

O projeto Parada Legal é destinado ao público de caminhoneiros e tem como objetivo reduzir o número de acidentes na rodovia BR-163 em MT através da sensibilização dos caminhoneiros para uma direção segura, cuidados com a saúde, manutenção do veículo, bem-estar e qualidade de vida durante a viagem. A 3^a edição de 2017 do Projeto Parada Legal foi realizada entre os dias 01 e 03 de agosto na cidade de Sorriso-MT. A ação beneficiou 616 caminhoneiros com a realização de 20 serviços na área da saúde, educação, segurança e bem-estar, e contou com a parceria de 11 instituições e empresas para sua realização.

O projeto Agente Mirim de Trânsito tem como objetivo formar crianças conscientes dos seus direitos e deveres a partir do aprendizado de noções básicas de legislação de trânsito, para que possam influenciar o meio social em que vivem, contribuindo para um trânsito mais seguro hoje e futuramente, quando tornarem-se condutores. Uma equipe de agentes municipais de trânsito é disponibilizada para ministrar o curso de formação aos alunos das escolas selecionadas pelo projeto. A segunda etapa do projeto de 2017 foi realizada no município de Sinop-MT, formando o total de 150 crianças.

No 3T17 a CRO gerou ingressos de recursos direto aos cofres dos municípios lindeiros no valor de R\$ 1.089 mil a título de ISSQN sobre os investimentos realizados em obras, e R\$ 5.144 mil a título de ISSQN sobre a arrecadação do pedágio, totalizando a destinação de R\$ 32.191 e R\$ 36.824 mil desde a implantação da Companhia, respectivamente.

5.2. Sustentabilidade

A gestão ambiental da CRO inclui a execução de programas como o Programa Integrado de Controle e Gestão Ambiental para a Construção, Programa de Monitoramento e Controle dos Atropelamentos da Fauna Silvestre, Programa de Monitoramento e Controle de Supressão Vegetal, e todos aqueles que são condicionantes do processo de licenciamento das obras de duplicação.

Comentário do Desempenho

Comentário de Desempenho

Durante a elaboração dos estudos ambientais para o licenciamento das obras de duplicação, foram considerados potenciais impactos nas comunidades indígenas localizadas em um raio de 40 km dos trechos a serem duplicados, conforme determinado na Portaria Interministerial nº 60/2015. Na área considerada existem dois Territórios Indígenas (“TI”) da etnia Bororo, as TIs Tereza Cristina e Tadarimana, que somam mais de mil indígenas.

A CRO obteve, em 24 de janeiro de 2016, as certificações da efetiva implantação e conformidade de seus Sistemas de Gestão baseados na NBR ISO 9001:2008 e NBR ISO 14001:2004. As conquistas dos Selos ISO reafirmam o compromisso da CRO na implantação de uma gestão moderna, transparente, voltada para o atendimento integral dos requisitos ambientais e às melhores práticas de governança corporativa.

A certificação é apenas o início da busca contínua pela melhoria dos nossos processos de gestão, que se traduzem no correto atendimento aos usuários da BR-163/MT.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias referentes ao período findo em 30 de setembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Concessionária Rota do Oeste S.A. (“Companhia” ou “CRO”), com sede em Cuiabá, Mato Grosso, é uma sociedade anônima de propósito específico e capital fechado, com registro na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), foi constituída em 27 de dezembro de 2013 e iniciou suas operações em 6 de setembro de 2015, tendo como objetivo explorar, pelo regime de concessão, o sistema rodoviário composto por trechos da BR-163/MT e BR-070/MT, com prazo de 30 anos conforme Contrato de Concessão firmado com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT” ou “Poder Concedente”):

<u>Objeto do contrato</u>	<u>Prazo</u>	<u>Poder concedente</u>
O objeto do Contrato é a Concessão para exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário. A Concessão é remunendada mediante cobrança de tarifa de pedágio, dentre outros.	30 anos	ANTT

A Companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada diretamente pela Odebrecht Rodovias S.A. (“ODBViias”) e indiretamente pela Odebrecht Transport S.A. (“OTP”).

No período findo em 30 de setembro de 2017, não ocorreram mudanças relevantes.

Capital circulante líquido negativo

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia apresenta o capital circulante líquido (“CCL”) negativo de R\$ 1.328.428 (31 de dezembro de 2016 – R\$ 1.344.578), principalmente, em virtude dos financiamentos de curto prazo contratados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (“BNDES”) e a Caixa Econômica Federal (“CEF”), com vencimentos em 15 de novembro de 2017 e 20 de novembro de 2017, respectivamente. A Companhia previa em seu Plano de negócios, a captação de empréstimo de longo prazo junto ao BNDES para o financiamento das obras previstas no Contrato de Concessão e liquidação dos empréstimos de curto prazo, porém a deterioração do cenário econômico e político do país trouxe implicações

Notas Explicativas

direta no mercado de crédito, impactando a estruturação do financiamento de longo prazo da Companhia e os termos de garantias dos acionistas. Para equalizar os efeitos do CCL negativo, a Companhia utilizou os recursos advindos das atividades operacionais, os aportes dos acionistas e os mútuos subordinados contratados, para equalizar o CCL, até que ocorra a captação do empréstimo de longo prazo, conforme Nota 30, a Companhia está em processo de renovação dos empréstimos.

Operação Lava Jato

Como é de conhecimento público, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Pùblico Federal e outras autoridades pùblicas, no contexto da chamada Operação Lava Jato, que investiga, principalmente, práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem empresas, ex-executivos e executivos do Grupo Odebrecht, do qual a Companhia faz parte.

Em 1º de dezembro de 2016, o Ministério Pùblico Federal (MPF), no âmbito da Operação “Lava Jato”, firmou acordo de leniència (“Acordo”) com a Odebrecht S.A., holding do Grupo Odebrecht, que detém participação indireta na Companhia, que já foi homologado pela Câmara de Combate à Corrupção do MPF, sendo que o Acordo ainda será submetido à homologação pelo juízo competente.

A Odebrecht S.A. se comprometeu a cessar completamente o seu envolvimento nos fatos revelados, bem como na adoção de medidas especiais a fim de evitar a repetição de condutas similares no futuro. Assim, programas de integridade (*compliance*) vêm sendo implementados em todas as suas controladas e serão obrigatoriamente aprimorados nos termos dos artigos 41 e 42 do Decreto nº 8.420/2015, em atenção às melhores práticas, bem como serão implementadas ações, medidas e iniciativas adicionais de ética, integridade e transparência. Esses compromissos são parte de acordo global firmado pela Odebrecht S.A. concomitante com a autoridade brasileira, suíça e estadunidense.

Conforme exposto a seguir, a Administração da Companhia adotou medidas para o aperfeiçoamento do seu sistema de conformidade, segundo as mais atuais metodologias, além de manter a constante avaliação e apuração dos fatos ocorridos, sempre com vistas a assegurar as melhores práticas de governança.

Esse Sistema de Conformidade inclui: (i) a implementação do Código de Conduta, aprovado pelo Conselho de Administração, (ii) a operação dos Canais Linha de Ética disponibilizados em tempo integral para os integrantes, prestadores de serviços, fornecedores, clientes e público em geral, (iii) o funcionamento do Comitê de Ética, com calendário de reuniões periódicas; e (iv) o engajamento dos parceiros comerciais, através da inclusão de dispositivos contratuais, com a obrigatoriedade adesão ao Código de Conduta do Fornecedor e à Cláusula Anticorrupção.

No ano de 2016, com o objetivo de aperfeiçoar o Sistema de Conformidade, a Odebrecht TransPort S.A, controladora indireta da Companhia, alterou a estrutura de Governança do Sistema de Conformidade com a criação do Comitê de Conformidade, órgão de caráter permanente, de apoio ao seu Conselho de Administração, assim como a função do Chief Compliance Officer (CCO), que responde diretamente para o Comitê de Conformidade. Este Comitê e o CCO da Odebrecht TransPort apoiam a Companhia na efetivação do Programa de Conformidade.

Adicionalmente, a Odebrecht TransPort (i) participa em ações coletivas e compromissos públicos

Notas Explicativas

ligados ao tema de Conformidade (é signatária do Pacto pela Integridade do Instituto Ethos); (ii) aprovou a Nova Política sobre Conformidade com a Atuação Ética, Integra, e Transparente, a qual trata de temas como Anticorrupção, Concorrência Leal, Relacionamento com Entidades e Agentes Públicos, Partes Relacionadas, Lavagem de Dinheiro, Contratação de Terceiros, Patrocínio e Doações, dentre outros, e está a implementando em todas as suas empresas controladas; (iii) realizou, em 2016, treinamento sobre a Nova Política de Conformidade, bem como elaborou plano anual de treinamentos para 2017 dos temas da nova política e instruções decorrentes.

O Acordo está protegido por sigilo judicial e na medida em que a Companhia (i) não foi notificada a respeito de ser objeto de qualquer investigação promovida por órgãos reguladores internos ou organismos internacionais contra a Companhia ou seus executivos relacionada à Operação Lava Jato, (ii) não tenha sofrido busca e apreensão em seus estabelecimentos, (iii) não tenha tido nenhum executivo indiciado, denunciado ou tampouco condenado.

A Administração reforça que, no limite do seu conhecimento, não existe envolvimento da Companhia, seus executivos ou funcionários nas referidas acusações e desconhece qualquer relacionamento e/ou pagamentos por parte da Companhia para as empresas e pessoas alvos envolvidas nas citadas investigações que não estivessem baseados em contratos legalmente válidos ou em Conformidade com prestações de serviços e/ou transações em condições usuais de mercado.

2. Declaração de conformidade

A emissão das Informações contábeis intermediárias condensadas da Concessionária Rota do Oeste S.A. (“Companhia” ou “CRO”), relativas ao período findo em 30 de setembro de 2017 foram concluídas e aprovadas pela diretoria da Companhia em 10 de novembro de 2017.

As informações contábeis intermediárias condensadas contidas nas presentes informações trimestrais foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Conforme Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas nesta ITR de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações contábeis anuais. A Companhia declara que os julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas, bem como as principais práticas contábeis adotadas na apresentação e elaboração, são as mesmas que as divulgadas nas demonstrações contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e permanecem válidas para essas Informações Trimestrais. Portanto, essas Informações Trimestrais não incorporam todas as notas e as divulgações exigidas pelas normas para as demonstrações contábeis anuais e, consequentemente, as correspondentes informações devem ser lidas em conjunto com as notas explicativas nº 2 e 3 daquelas demonstrações contábeis. Essas políticas foram consistentemente aplicadas em todos os períodos de apresentação, exceto quando indicado de outra forma.

As notas explicativas que não sofreram alterações relevantes em relação às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016 não foram incluídas nessas Informações Trimestrais. Todos os valores apresentados nestas Informações Trimestrais estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Notas Explicativas

2.1 Políticas contábeis adotadas

Estas demonstrações contábeis intermediárias condensadas devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016, que foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”) e normas definidas pela CVM.

A preparação das informações requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas práticas contábeis. Não ocorreram mudanças significativas nas premissas e julgamentos por parte da Administração da Companhia no uso das estimativas para preparação destas informações em relação àquelas utilizadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

A Companhia não possuía outros resultados abrangentes nos períodos findos em 30 de setembro de 2017 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Dessa forma, as demonstrações de resultados abrangentes nessas datas não estão sendo apresentadas.

As políticas contábeis apresentadas nas demonstrações contábeis intermediárias são as mesmas utilizadas na demonstração contábil anual de 31 de dezembro de 2016.

3. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), quando aplicável, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

4. Gestão de risco financeiro

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de sua contraparte em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

Notas Explicativas

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	Menos de um ano	Entre um e dois anos
Em 30 de setembro de 2017		
Fornecedores	22.851	1.772
Fornecedores - partes relacionadas	50.266	-
Mútuos - partes relacionadas	330.009	-
Empréstimos e financiamentos	985.212	-
Em 31 de dezembro de 2016		
Fornecedores	34.517	962
Fornecedores - partes relacionadas	39.452	-
Mútuos - partes relacionadas	299.142	-
Empréstimos e financiamentos	1.001.043	-

- Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores estão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, fornecedores e outras obrigações;
- As faixas de vencimento apresentadas refletem os prazos contratualmente pactuados com os credores.

d) Exposição a riscos de taxas de juros e índice de inflação

A Companhia está exposta ao risco de variação das taxas de juros, o que pode causar um aumento em sua despesa financeira com o provisionamento de juros futuros.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa de juros TJLP (“Taxa de Juros de Longo Prazo”), principais exposições de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros à esta variável são apresentadas a seguir:

Notas Explicativas

(i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP.

(ii) Seleção dos cenários

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (Cenário I) na taxa de juros TJLP foram consideradas as projeções apresentadas abaixo*:

Indicador	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2025
TJLP	7,1%	7,0%	7,0%	7,0%	7,0%	7,0%	7,0%	7,0%	7,0%	7,0%

(*)Fonte: Tendências - 30/09/2017.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros TJLP foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível	Cenário III Adverso Extremo
TJLP (*)	7,1%	8,8%	10,6%

(*)Refere-se à média aritmética da projeção de 2017 a 2025 das taxas apresentadas acima.

(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – TJLP

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros TJLP, é apresentada na tabela abaixo:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível	Cenário III Adverso Extremo
Financiamento Ponte BNDES	nov/17	Alta TJLP	65.144	65.184	65.223
Empréstimo Ponte CEF	nov/17	Alta TJLP	25.009	25.031	25.051

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno

Notas Explicativas

consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as taxas de mercado vigentes.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de estruturação financeira e tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados durante o período findo em 30 de setembro de 2017.

e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida, visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela administração como de primeira linha.

4.1. Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento podem ser assim sumariados:

	30 de setembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 16)	985.212	1.001.043
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(6.945)	(6.382)
Aplicações financeiras (Nota 8)		(1.347)
Conta reserva (Nota 9)	-	(15.232)
Dívida líquida	978.267	978.082
Total do patrimônio líquido	344.272	288.692
Total do capital	1.322.539	1.266.774
Índice de alavancagem financeira - %	74	77

Notas Explicativas

5. Instrumentos financeiros por categoria

	Ativos ao valor justo por meio do resultado		Empréstimos e recebíveis	
	30 de setembro de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de setembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	6.945	6.382
Aplicações financeiras	44.744	1.347	-	-
Conta reserva		15.232		
Contas a receber	-	-	19.387	14.880
Outros ativos	-	-	18	66
	44.744	16.579	26.350	21.328
Outros passivos financeiros				
	30 de setembro de 2017	31 de dezembro de 2016		
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos e financiamentos			985.212	1.001.043
Fornecedores			24.623	35.479
Fornecedores - Partes relacionadas			50.266	39.452
Mútuos - partes relacionadas			330.009	299.142
Contas a pagar			9.098	5.304
	1.399.208		1.380.420	

6. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A Companhia mantém seus ativos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	30 de setembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Contas a receber		
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Pedágios	18.610	14.094
Receitas acessórias	777	786
Total de contas a receber	19.387	14.880
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		
Contra partes com classificação externa de crédito		
Instituição financeira	44.744	16.579
	44.744	16.579
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Caixa geral	21	19
Bancos conta movimento	5.251	4.726
Numerários em trânsito	893	865
Fundo de troco	780	772
	6.945	6.382
	51.689	22.961

7. Caixa e equivalentes de caixa

	30 de setembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Caixa geral	21	19
Bancos conta movimento	5.251	4.726
Numerários em trânsito	893	865
Fundo de troco	780	772
	6.945	6.382

Notas Explicativas

8. Aplicações financeiras

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia apresenta o valor de R\$ 44.744 de aplicações financeiras referentes a Certificados de Depósitos Interbancário (CDI) que serão utilizados para operação e melhoramento da rodovia, sendo que em 31 de dezembro de 2016 a Companhia apresentava o valor de R\$ 1.347. Os recursos aplicados serão utilizados na melhoria da infraestrutura da rodovia.

9. Conta reserva

Em 26 de julho de 2016, a Companhia celebrou aditivo contratual de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças junto aos Bancos Fiadores, (ING, Crédit Agricole, Banco do Brasil, Itaú BBA, Banco Pine e Banco ABC Brasil), e a CEF, que previu, entre outras alterações, a obrigatoriedade da Companhia constituir uma Conta reserva com depósitos equivalentes aos juros devidos no âmbito do empréstimo ponte junto ao BNDES desde 15 de maio de 2016 e do empréstimo ponte junto à CEF desde 01 de agosto de 2016.

Em março de 2017, a Companhia liquidou o saldo devedor, que estavam depositados em Conta Reserva, equivalente aos juros da CEF incorridos de agosto de 2016 a fevereiro de 2017 no montante de R\$ 21.120.

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia não apresentava saldo na conta reserva, devido aos valores depositados nesta conta serem utilizados mensalmente, para liquidar os juros do empréstimo ponte do BNDES e CEF (31 de dezembro de 2016 – R\$ 15.232).

10. Contas a receber

	30 de setembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Automatic Vehicle Identification ("AVI")	13.445	11.449
Vale pedágio	5.165	2.645
Receitas acessórias	777	786
	19.387	14.880

As contas a receber são representadas, substancialmente, por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio.

Em 30 de setembro de 2017, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas na realização das contas a receber.

11. Despesas antecipadas

	30 de setembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Seguros a apropriar	7.209	5.318
Despesas com financiamentos e outras	2.840	2.591
	10.049	7.909
Ativo circulante	9.252	5.988
Ativo não circulante	797	1.921

Notas Explicativas

12. Partes relacionadas

a) Composição

Em 30 de setembro de 2017, os saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado relativo a operações com partes relacionadas, estão apresentados a seguir:

	Saldos			Transações		
	Ativo	Passivo		Serviço prestados	Resultado	
		Contas a Receber	Mútuo		Benefícios com pessoal	Despesas financeiras
Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO") (i)	-	-	-	803	-	-
Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A. ("OECI") (ii)	-	-	39.793	14.347	-	-
Odebrecht Rodovias S.A. (iii)	-	284.917	-	-	-	26.272
Odebrecht Rodovias S.A. (iv)	18	-	5.646	11.195	-	-
Odebrecht Serviços e Participações S.A. (v)	-	-	4.827	2.655	-	-
Odebrecht Transport S.A. (vi)	-	45.092	-	-	-	4.151
Odebrecht Previdência ("Odeprev") (vii)	-	-	-	-	98	-
Em 30 de setembro de 2017	18	330.009	50.266	28.999	98	60.846
Em 31 de dezembro de 2016	-	299.142	39.452	133.309	216	41.724

- (i) Refere-se a rateio de despesas de serviços compartilhados (apoio financeiro e tecnologia da informação) prestados pela CNO;
- (ii) Em 20 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou um contrato de EPC (*Engineering, Procurement and Construction*), na modalidade empreitada integral, por preço global e prazo determinado (*turn-key lump sum*), com a Construtora Norberto Odebrecht Brasil S.A. ("CNO BR"), atual OECI, para execução das obras de recuperação e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da rodovia BR-163/MT, com prazo para a conclusão de 60 meses contados a partir da data de assunção da rodovia pela Companhia. O preço global do contrato deverá ser reajustado anualmente, este reajuste de preços unitários do contrato de construção é calculado a partir de uma combinação de índices: mão de obra, produtos siderúrgicos, óleo diesel, Índice Nacional de Custo da Construção ("INCC"), Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), Índice de Obras Rodoviárias - pavimentação, terraplenagem e ligantes betuminosos.

A contratação da OECI para execução dos serviços de obras de ampliação e melhorias da rodovia BR-163/MT obedeceu aos mesmos critérios estabelecidos para os demais fornecedores, inclusive nos quesitos valor de mercado e especificações técnicas e foram devidamente autorizadas pelo Conselho de Administração.

Este contrato possui como garantia um Seguro Garantia no valor de R\$ 116.926 para o cumprimento das obrigações do tomador vinculadas ao contrato de engenharia, fornecimento e construção das obras de recuperação e ampliação do sistema rodoviário composto por trechos da rodovia BR-163/MT.

Notas Explicativas

(iii)

Data do contrato	Nota	Vencimento	Taxa de remuneração	30 de setembro de 2017	31 de dezembro de 2016
30/12/2015	(a)	28/06/2018	125% do CDI	191.514	173.851
23/02/2016	(b)	28/06/2018	125% do CDI	24.524	22.245
14/03/2016	(b)	28/06/2018	125% do CDI	19.185	17.390
28/03/2016	(b)	28/06/2018	125% do CDI	25.429	23.038
08/07/2016	(c)	28/06/2018	125% do CDI	24.265	21.901
				284.917	258.425

- (a) Em 30 de dezembro de 2015, a Companhia assinou contrato de mútuo com a Odebrecht Rodovias (ODBVias);
- (b) Em 23 de fevereiro de 2016, 14 de março de 2016 e 28 de março de 2016 a Companhia firmou contratos de mútuos com sua controladora indireta OTP. Em 07 de julho de 2016, a OTP assinou contratos de Cessão de Créditos com sua controlada direta ODBVias, nos quais cede os direitos creditórios dos contratos de mútuos que detinha com a Companhia. Portanto, a partir desta data a Companhia torna-se devedora dos valores dos contratos de mútuos citados anteriormente à sua acionista ODBVias;
- (c) Em 08 de julho de 2016, a Companhia assinou contrato de mútuo com a ODBVias.

Os mútuos estão subordinados ao vencimento do contrato de empréstimo ponte com o BNDES, desta forma, os pagamentos dos mútuos ficam subordinados à liberação do empréstimo de longo prazo com o BNDES. Os mútuos poderão ser liquidados antecipadamente, caso o empréstimo de longo prazo seja liberado pelo BNDES antes da data de vencimento do mútuo.

O vencimento dos mútuos está previsto para 28 de junho de 2018, conforme último aditivo.

Os recursos captados através destas operações de mútuos deverão ser exclusivamente utilizados pela Companhia para investimentos na Rodovia.

No período findo em 30 de setembro de 2017, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 26.272 de juros sobre os contratos de mútuo com a ODBVias.

- (iv) Em 8 de outubro de 2015, a Companhia celebrou Contrato de Gerenciamento de Engenharia e Construção com a ODBVias, que tem por objeto gerenciar as obras e os projetos executados por terceiros contratados pela Companhia. Este contrato prevê duas naturezas distintas de remuneração, quais sejam, “remuneração fixa” e “remuneração variável”. A remuneração fixa será paga mensalmente pela Companhia, de acordo com as medições do cronograma físico-financeiro do contrato e a remuneração variável é referente a um mérito por eficiência de engenharia e/ou melhorias técnico-comerciais. Os custos serão reajustados com base no IPCA. Não há garantias previstas neste contrato. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e ODBVias assinaram o Termo de Distrato e Encerramento contratual, o qual formaliza o encerramento contratual, tendo em vista a conclusão das obras.

Notas Explicativas

Em 1º de setembro de 2016, a Companhia assinou um Acordo de Rateio de Despesas com a ODBVias e a Concessionária Rota das Bandeiras (CRB), investida da ODBVias, para rateio de despesas administrativas e financeiras. O acordo visa evitar o dispêndio excessivo de recursos por parte das empresas envolvidas, considerando que a ODBVias já dispõe de uma estrutura para atuar em negócios e operações em geral, com pessoal especializado e com prestadores de serviços terceirizados, que podem ser compartilhados com as demais empresas envolvidas no acordo.

Em 17 de outubro de 2016, a Companhia assinou Contrato de Elaboração de Projetos de Engenharia com a ODBVias, que tem como objeto prestação de serviços de Engenharia para elaboração e desenvolvimento de Anteprojetos, Projetos Executivos para as obras de Fluidez da Rodovia dos Imigrantes – BR-070 e para o Trecho de 108 km entre Cuiabá/MT e Rosário Oeste/MT. Este contrato prevê duas naturezas distintas de remuneração, quais sejam, “remuneração fixa” e “remuneração variável”. A remuneração fixa será paga mensalmente pela Companhia, de acordo com as medições do cronograma físico-financeiro do contrato e a remuneração variável é referente a um bônus de desempenho, caso o projeto executivo final resulte em redução de valores totais de implantação das obras. Os custos serão reajustados com base no IPCA. Não há garantias previstas neste contrato.

Em 17 de outubro de 2016, a Companhia celebrou Contrato de Gerenciamento, Acompanhamento, Qualificação e Consultoria de Engenharia e Construção com a ODBVias, que tem por objeto gerenciar as obras, os projetos e execução dos serviços de conserva especial e de rotina executados por terceiros contratados pela Companhia e executar orçamentos de obras e custos indiretos, prestação de serviços de consultoria técnica especializada de engenharia e meio ambiente e elaboração de estudos de viabilidade dos investimentos relativos as obras. Este contrato prevê três naturezas distintas de remuneração, quais sejam, “remuneração fixa”, “remuneração variável” e “remuneração mediante aprovação de orçamento”. A remuneração fixa corresponde ao percentual de 5,29% aplicado sobre os serviços gerenciados descremados nas Ordens de Serviço emitida pela ODBVias, será paga mensalmente pela Companhia, de acordo com as medições elaboradas de acordo com as respectivas Ordens de Serviço. Remuneração variável é referente a um mérito por eficiência de engenharia e/ou melhorias técnico-comerciais. A remuneração Mediante Aprovação de Orçamento consiste em serviços técnicos especializados prestados pelo corpo técnicos de profissionais especialistas em projetos, soluções de engenharia e orçamentos de obras da ODBVias. Não há garantias previstas neste contrato.

(v) Em 17 de julho de 2015, a Companhia celebrou contrato com a Odebrecht Serviços e Participações S.A., referente a locação de máquinas e equipamentos utilizados na construção da rodovia BR-163 MT, com prazo de 12 meses, podendo variar para mais ou para menos de acordo com as locações efetivamente concretizadas dos equipamentos. Decorridos 12 meses do início do contrato, as partes deverão proceder reajuste dos preços unitários das locações, tendo como base o índice INCC-DI, Série 3, acumulado no período. Não há garantias previstas neste contrato.

(vi)

Notas Explicativas

Data de liberação	Vencimento (*)	Taxa de remuneração	30 de setembro de 2017	31 de dezembro de 2016
24/06/2016	28/06/2018	125% do CDI	45.092	40.717
			45.092	40.717

Em 24 de junho de 2016, a Companhia firmou contrato de mútuo com a OTP.

Os mútuos estão subordinados ao vencimento do contrato de empréstimo ponte com o BNDES, desta forma, os pagamentos dos mútuos ficam subordinados a liberação do empréstimo de longo prazo com o BNDES. Os mútuos poderão ser liquidados antecipadamente, caso o empréstimo de longo prazo seja liberado pelo BNDES antes da data de vencimento do mútuo.

O vencimento do mútuo está previsto para 28 de junho de 2018, conforme último aditivo.

No período findo em 30 de setembro de 2017, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 4.151 de juros sobre o contrato de mútuo.

(vii) Odeprev refere-se a plano de previdência complementar da Companhia.

b) Honorários da diretoria

A remuneração paga aos administradores estatutários e do Conselho de Administração da Companhia nos períodos findos em 30 de setembro de 2017 e de 2016, totalizaram os montantes de R\$ 1.843 e R\$ 2.632, respectivamente:

	30 de setembro de 2017	30 de setembro de 2016
Salários	1.464	2.187
Encargos	334	437
Previdência complementar	26	8
Outros	19	-
	1.843	2.632

c) Participação no lucros e resultados

Em 30 de setembro de 2017 a Companhia provisionou participação nos resultados aos empregados no montante de R\$ 2.787 (31 de dezembro de 2016 – R\$ 4.452) (Nota 17).

Notas Explicativas

13. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	30 de setembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Ativo (passivo) fiscal diferido		
Prejuízo fiscal	22.870	22.163
Resultado pré-operacional	24.857	22.162
Juros, IOF e custos de transação capitalizados	(36.410)	(31.612)
	11.317	12.713

A expectativa da Administração da Companhia quanto à realização total dos créditos fiscais constituídos sobre os prejuízos fiscais acumulados, a ser amortizado para fins tributários, está prevista para ocorrer da seguinte forma:

	30 de setembro de 2017	31 de dezembro de 2016
2017	17	1.458
2018	13.580	13.580
2019	2.820	2.820
2020 em diante	6.454	4.305
	22.870	22.163

Como base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas no lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização destes créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

14. Imobilizado

	Equipamentos e instalações	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
Custo	898	1.357	581	1.818	1.687	6.341
Depreciação/exaustão	(205)	(485)	(165)	(832)	(1.552)	(3.239)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	693	872	416	986	135	3.102
Aquisições	46	-	-	272	438	756
Depreciação	(107)	(206)	(50)	(292)	(100)	(755)
Baixa líquida	-	(1)	(3)	(97)	(32)	(133)
Saldo contábil	632	665	363	869	441	2.970
Custo	944	1.356	578	1.993	2.093	6.964
Depreciação/exaustão acumulada	(312)	(691)	(215)	(1.124)	(1.652)	(3.994)
Saldo em 30 de setembro de 2017	632	665	363	869	441	2.970
Taxas anuais de depreciação (%)	10	5	5 a 10	20	*	

A depreciação do imobilizado está alocada nas rubricas “Custo de serviços” e “Gerais e administrativas” na Demonstração do resultado do trimestre, conforme Notas 23 e 24.

Notas Explicativas

15. Intangível

Infraestrutura

	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Intangível em formação	Software	Total
Custo	746.354	67.119	537.561	303.752	369	1.655.155
Amortização	(16.619)	(1.811)	(12.643)	-	(130)	(31.203)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	729.735	65.308	524.918	303.752	239	1.623.952
Aquisições	-	3	-	84.663	139	84.805
Transferências	51.358	23.315	174.195	(260.556)	-	(11.688)
Juros e encargos capitalizados	-	-	11.686	-	-	11.686
Amortização	(9.502)	(5.804)	(3.409)	(71)	-	(18.786)
Baixas, líquidas de amortização	-	-	(526)	-	-	(526)
Saldo contábil	771.591	82.822	706.864	127.859	307	1.689.443
Custo	797.712	90.437	722.916	127.859	508	1.739.432
Amortização	(26.121)	(7.615)	(16.052)	-	(201)	(49.989)
Saldo em 30 de setembro de 2017	771.591	82.822	706.864	127.859	307	1.689.443
Taxas anuais de amortização (%) (*)						

(*) Os demais intangíveis foram amortizados de acordo com o prazo do contrato de concessão (30 anos).

A amortização do intangível está alocada nas rubricas “Custo de serviços” e “Gerais e administrativos” na Demonstração do resultado do período, conforme Notas 23 e 24.

(i) Intangível – Infraestrutura

Refere-se aos custos dos investimentos na infraestrutura da concessão, que ao final do contrato serão reversíveis ao poder concedente.

A amortização dos itens de Recuperação, Operação e Melhoramentos é calculada com base na projeção da curva de demanda, considerando variáveis econômicas e potencial aumento no volume de tráfego, ou método linear, conforme a vida útil econômica do bem, durante o período da Concessão. Esta projeção é reconhecida no resultado e o acompanhamento entre o previsto e realizado é feito anualmente.

As adições do período findo em 30 de setembro 2017, refere-se a ampliação de capacidade e melhorias no sistema rodoviário da BR-163/MT, conforme orientação contida na Interpretação ICPC 01-R1 – Contrato de Concessão.

O contrato de concessão representa um direito de cobrar aos usuários da rodovia, através de tarifação, durante todo o período concedido (30 anos).

• Recuperação

A descrição da rubrica Recuperação consiste na recuperação da pista existente, na implantação de acessos, viadutos e pontes, na conservação dos canteiros, faixa de domínio e drenagens, além da construção das bases de atendimento aos usuários (SAU) e praças de pedágio.

• Operação

A descrição da rubrica Operação consiste basicamente na administração da concessionária, na implantação dos sistemas de controle de tráfego, arrecadação de

Notas Explicativas

pedágio, atendimento ao usuário, sistema de telefonia e radiocomunicação e na aquisição de móveis e utensílios das bases SAU e das praças de pedágio.

- **Melhoramentos**

A descrição na rubrica Melhoramentos consiste basicamente na duplicação da pista simples, da sinalização do sistema rodoviário, dos juros e encargos sobre infraestrutura e da construção dos retornos de nível.

- **Intangível em formação**

A descrição da rubrica Intangível em formação é referente aos itens classificados como recuperação, operação e melhoramentos que ainda estão em fase de construção.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 11.686 no período findo em 30 de setembro de 2017 (R\$ 35.28231 de dezembro de 2016).

Após o início das operações de arrecadação, o critério de amortização destes itens foi alterado para a curva de tráfego ou método linear, conforme a vida útil econômica do bem, exceto pelo grupo de *softwares*, que é amortizado pelo método linear e alocado ao resultado. Até o início da arrecadação os demais itens do ativo intangível foram amortizados linearmente de acordo com o prazo da concessão.

16. Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Encargos financeiros anuais	30 de setembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Empréstimo BNDES (b)	R\$	TJLP + 2,0%	665.693	666.155
Empréstimo Caixa Económica Federal (c)	R\$	TJLP + 3,5%	328.737	342.470
Custos de captação a amortizar (d)	R\$		(9.218)	(7.582)
			985.212	1.001.043
(-) Passivo circulante				
Empréstimos BNDES			656.730	659.645
Empréstimo Caixa Económica Federal			328.482	341.398
			985.212	1.001.043

a) Movimentação

	30 de setembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Saldo no final do período / exercício	1.001.043	938.378
Juros provisionados	69.881	96.490
Juros pagos	(84.075)	(36.531)
Custo de transação	(35.921)	(46.389)
Amortização do custo de transação	34.284	49.095
Saldo final do período / exercício	985.212	1.001.043

Notas Explicativas

b) BNDES

Em 11 de setembro de 2014, a Companhia e o BNDES assinaram o contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 14.2.066.1 no montante de R\$ 762.000, destinados aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da rodovia BR-163 MT, com vencimento inicial em 15 de fevereiro de 2016. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,00% a.a., acima da TJLP.

O BNDES liberou o montante de R\$ 590.000 para a Companhia, sendo, R\$ 240.000 em 24 de setembro de 2014, R\$ 200.000 em 26 de dezembro de 2014, e R\$ 150.000 em 22 de abril de 2015.

Em 02 de fevereiro de 2016, a Companhia assinou aditivo contratual prorrogando o prazo de carência, utilização e amortização do empréstimo junto ao BNDES, sendo: (i) prazo de carência e de utilização, de 15 de janeiro de 2016 até 15 de março de 2016; e (ii) data de vencimento da parcela única de amortização, de 15 de fevereiro de 2016 para 15 de abril de 2016.

Em 12 de abril de 2016, a Companhia assinou aditivo contratual prorrogando novamente o prazo de carência, utilização e amortização do empréstimo junto ao BNDES, sendo: (i) prazo de carência e de utilização, de 15 de março de 2016 para 15 de abril de 2016, e (ii) data de vencimento da parcela única de amortização, 15 de abril de 2016 para 8 de maio de 2016.

Em 06 de maio de 2016, a Companhia assinou aditivo contratual prorrogando novamente o prazo de amortização do empréstimo para 29 de julho de 2016, mediante assinatura de carta fiança da ODBVias e da OTP na qual prevê garantia do cumprimento das obrigações no âmbito do Contrato de Prestação de Garantia.

Em 22 de julho de 2016, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES prorrogando novamente o prazo de vencimento do Empréstimo Ponte de 29 de julho de 2016 para 14 de novembro de 2016. Em paralelo, em 26 de julho de 2016, celebrou aditivo do Contrato de Prestação de Garantias juntos aos Bancos Fiadores, em que foi prevista a constituição de uma Conta Reserva com depósitos equivalentes aos juros devidos desde 15 de maio de 2016 (Nota 9). Já a amortização de principal e juros do empréstimo ponte junto ao BNDES seria realizada em parcela única.

Em 17 de novembro de 2016, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES prorrogando novamente o prazo de vencimento do Empréstimo Ponte de 14 de novembro de 2016 para 15 de fevereiro de 2017. Neste aditivo, a Companhia assumiu e cumpriu com a obrigação de amortizar, em novembro de 2016, parcela do saldo devedor equivalente aos juros incorridos desde 15 de maio de 2016 no montante de R\$ 31.664, que estavam depositados em Conta Reserva, além de liquidar juros futuros em caráter mensal. A liquidação desses juros futuros devidos mensalmente será efetuada a partir dos depósitos na Conta Reserva constituída junto aos Bancos Fiadores.

Em 10 de fevereiro de 2017, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES prorrogando novamente o prazo de vencimento do Empréstimo Ponte de 15 de fevereiro de 2017 para 15 de maio de 2017.

Notas Explicativas

Em 15 de maio de 2017, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES prorrogando novamente o prazo de vencimento do Empréstimo Ponte de 15 de maio de 2017 para 15 de agosto de 2017, que ocorre de acordo com o previsto em contrato firmado entre as partes. Mediante o cumprimento de exigências previstas no contrato em questão, a Companhia obteve a prorrogação automática do vencimento da dívida para 15 de novembro de 2017, conforme Nota 30.

O saldo atualizado dos contratos em 30 de setembro de 2017 é de R\$ 656.730.

c) Caixa Econômica Federal

Em 20 de agosto de 2015, a Companhia e a CEF assinaram o contrato de financiamento nº. 445.809-84 no montante total de R\$ 300.000, destinados aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da BR-163 MT. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 3,5% a.a., acima da TJLP, o vencimento do principal e dos juros do financiamento está previsto para 20 de novembro de 2017.

Em 29 de setembro de 2015, a CEF efetuou liberação total do financiamento.

Em 26 de julho de 2016, a Companhia celebrou aditivo contratual de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças junto aos Bancos Fiadores e a CEF, que previu, entre outras alterações, a obrigatoriedade da Companhia constituir uma Conta reserva com depósitos equivalentes aos juros devidos no âmbito do Empréstimo Ponte junto à CEF desde 01 de agosto de 2016.

Em 03 de março de 2017, a Companhia celebrou aditivo contratual junto a CEF prorrogando o prazo de vencimento do empréstimo de 20 de fevereiro de 2017 para 20 de maio de 2017 limitado ao prazo de vencimento do empréstimo ponte BNDES. Neste aditivo, a Companhia assumiu e cumpriu com a obrigação de amortizar, em março de 2017, parcela do saldo devedor equivalente aos juros incorridos desde agosto de 2016 no montante de R\$ 21.120, que estavam depositados em Conta Reserva, além de liquidar juros futuros em caráter mensal. A liquidação desses juros futuros devidos mensalmente será efetuada a partir dos depósitos na Conta Reserva constituída junto à CEF.

Em 14 de junho de 2017, a Companhia celebrou aditivo contratual junto a CEF prorrogando o prazo de vencimento do empréstimo de 20 de maio de 2017 para 20 de novembro de 2017, limitado ao prazo de vencimento do empréstimo ponte do BNDES, conforme Nota 30.

O saldo atualizado do contrato em 30 de setembro de 2017 é de R\$ 328.482.

d) Custos de captação

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno ("TIR") da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações. A movimentação desses gastos é a seguinte:

Notas Explicativas

		30 de setembro de 2017	31 de dezembro de 2016
	CEF	BNDES	Total
Saldo no início do período / exercício	1.072	6.510	7.582
Custos incorridos	1.703	34.218	35.921
(-) Amortizações	(2.520)	(31.765)	(34.285)
Saldo no final do período / exercício	255	8.963	9.218
			7.582

e) Garantias

O contrato de financiamento com o BNDES detém como garantia fidejussória fianças bancárias prestadas por instituições financeiras (“Fiadores”). Em favor dos fiadores foram oferecidas em garantia a alienação fiduciária das ações do projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios.

Em 06 de maio de 2016 a ODBVias e a OTP assinaram carta de fiança corporativa em favor dos Fiadores perante o Contrato de Prestação de Garantias. Esta fiança garante aos Fiadores o cumprimento de todas as obrigações pecuniárias e não pecuniárias do Contrato de Prestação de Garantias.

O contrato de financiamento com a CEF detém como garantia fidejussória fiança corporativa da controladora indireta OTP, alienação fiduciária das ações do projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios.

f) Principais compromissos assumidos

As cláusulas restritivas dos contratos de financiamento ponte foram cumpridas pela Companhia em 30 de setembro de 2017.

17. Salários e encargos sociais

	30 de setembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Encargos sociais e trabalhistas	6.080	4.007
Benefícios a empregados	6	31
Participação nos lucros e resultados	2.787	4.452
	8.873	8.490

18. Contas a pagar

	30 de setembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Seguros a pagar	2.897	377
Verbas do contrato de concessão	2.150	3.804
Outras contas a pagar	4.051	1.123
	9.098	5.304

Notas Explicativas

19. Provisões para contingências

	30 de setembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Reclamações cíveis	475	433
Outras	58	55
	533	488

A Companhia tem ações de naturezas cíveis e trabalhista, envolvendo risco de perda que foram classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante estimado de R\$ 10.214 em 30 de setembro de 2017 (R\$ 5.642 em 31 de dezembro de 2016).

No período findo em 30 de setembro de 2017, a Companhia apresenta R\$ 1.295 (R\$ 1.223 em 31 de dezembro de 2016) na rubrica de depósitos judiciais referente à processos de desapropriações e ações trabalhistas.

20. Provisão para conserva especial

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia apresenta o saldo de R\$ 29.804 (R\$ 8.679 em 31 de dezembro de 2016) referente a provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura. A provisão foi constituída considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para o período de 5 anos, descontados a valor presente, com taxas de 11,15% a.a. (13,30% a.a. em 31 de dezembro de 2016) e apropriados pelo prazo de concessão de 30 anos.

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2017, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 363.558, representado por 363.558.000 ações ordinárias normativas e sem valor nominal, pertencentes a acionista ODBVias.

Em 1º de setembro de 2017, a Companhia realizou o aumento de seu capital social no montante de R\$ 50.000 recebidos da acionista ODBVias.

Notas Explicativas

22. Receita líquida

	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2017	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2017	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2016	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2016
Receita de construção ICPC 01-R1 (i)	17.771	84.900	28.445	222.680
Receitas em numerário	37.822	103.040	38.341	110.529
Receitas de AVI ("Automatic Vehicle Identification") (ii)	43.845	119.831	41.766	112.325
Receitas de vale pedágio (iii)	25.824	73.332	24.015	71.466
Receitas acessórias	1.278	4.508	1.120	3.366
Outras receitas de pedágio	-	5	-	534
Receita de operação	108.769	300.716	105.242	298.220
Receita total	126.540	385.616	133.687	520.900
Tributos sobre serviços de operação	(9.245)	(25.519)	(8.795)	(24.870)
Outras deduções	(12)	(142)	(117)	(167)
	117.283	359.955	124.775	495.863

- (i) A Companhia reconheceu, nos períodos findos em 30 de setembro de 2017 e de 2016, R\$ 84.900 e R\$ 222.680, respectivamente, como receita de construção ICPC 01-R1 – Contratos de concessão. Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro.
- (ii) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento - AVI ("Automatic Vehicle Identification") são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas para os usuários via empresas especializadas;
- (iii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas (Cielo, Visa e Dbtrans).

23. Custo dos serviços

	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2017	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2017	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2016	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2016
Depreciação e amortização	(6.886)	(19.073)	(6.183)	(17.448)
Salários e encargos	(7.606)	(23.093)	(8.864)	(26.043)
Gastos gerais	(1.416)	(12.002)	(6.804)	(16.700)
Serviços de terceiros	(23.900)	(44.140)	(19.478)	(41.513)
Seguros	(1.403)	(4.178)	(1.000)	(3.425)
Provisão para conserva especial	(8.414)	(19.804)	(2.092)	(4.737)
Materiais	(5.755)	(7.906)	(1.092)	(2.810)
Alugueis	(225)	(650)	(276)	(834)
	(55.605)	(130.846)	(45.789)	(113.510)
Custo de construção ICPC 01-R1	(17.771)	(84.900)	(28.445)	(222.680)
	(73.376)	(215.746)	(74.234)	(336.190)

Notas Explicativas

24. Despesas gerais e administrativas

	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2017	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2017	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2016	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2016
Salários e encargos	(2.068)	(6.767)	(3.341)	(9.666)
Serviços de terceiros	(1.945)	(4.327)	(1.158)	(2.857)
Depreciação e amortização	(128)	(468)	(284)	(838)
Materiais e equipamentos	(105)	(360)	-	-
Despesa com veículos	(166)	(276)	(89)	(281)
Taxas de meios de pagamentos eletrônicos	(12)	(1.172)	-	-
Despesas com viagens	(69)	(382)	-	-
Provisão para contingências	31	(45)	-	-
Gastos gerais	(847)	(1.532)	(1.553)	(4.150)
Total	(5.309)	(15.329)	(6.425)	(17.792)

25. Resultado financeiro, líquido

	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2017	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2017	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2016	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2016
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(20.285)	(57.678)	(19.868)	(49.527)
Juros sobre mútuos	(9.092)	(30.422)	(12.359)	(27.610)
Custos de transação	(9.205)	(30.077)	(24.094)	(29.855)
Juros sobre atraso	(1.165)	(2.140)	-	(2.060)
IOF	(11)	(468)	(378)	(2.152)
Ajuste a valor presente	(627)	(1.321)	(114)	(190)
Outras	(713)	(1.102)	(3.901)	(4.784)
Total	(41.098)	(123.208)	(60.714)	(116.178)
Receitas financeiras				
Receita de aplicações financeiras	355	1.132	1.732	2.458
Outras	10	87	132	233
Total	365	1.219	1.864	2.691
Resultado financeiro, líquido	(40.733)	(121.989)	(58.850)	(113.487)

26. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2017	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2017	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2016	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2016
Resultado antes dos impostos	4.196	6.975	(14.541)	29.002
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) às alíquotas nominais (34%)	(1.428)	(1.349)	4.943	(9.861)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:	-	-	-	-
Exclusões permanentes, líquidas	-	-	(14)	(38)
Outros	(15)	(46)	-	-
Efeito IR e CSLL no resultado	(1.428)	(1.395)	4.929	(9.899)
IR e CSLL corrente	-	-	1.659	-
IR e CSLL diferido	1.731	(1.395)	3.270	(9.899)
Total de IR e CSLL diferidos	1.731	(1.395)	4.929	(9.899)

Notas Explicativas

27. Lucro por ação

Básico

O lucro básico por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante os períodos findos em 30 de setembro:

	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2017	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2017	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2016	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2016
Lucro do período	(390)	5.580	(9.612)	19.103
Quantidade média ponderada de ações	180.663	180.663	257.920	257.920
Lucro básico por lote de mil ações	(2,16)	30,89	(37,27)	74,07

28. Demonstração do fluxo de caixa

- a) Abaixo demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa, cujos ajustes foram efetuados na demonstração do fluxo e caixa do período findo em 30 de setembro. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	30 de Setembro de 2017	30 de Setembro de 2016
Fornecedores	(5.121)	(4.767)
Partes relacionadas	(22.314)	(691)
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	(27.435)	(5.458)
Aquisição de ativo intangível	27.435	5.323
Capitalização de juros no ativo intangível	-	135
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	27.435	5.458

29. Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas consideradas pela Administração suficientes para cobrir os riscos inerentes de suas atividades, considerando a natureza e o grau de risco.

A contratação de seguros é baseada no cumprimento das obrigações contidas em cláusula específica do Contrato de Concessão, onde são exigidos: (i) seguro de danos materiais; (ii) seguro de responsabilidade civil e (iii) seguro garantia do poder concedente.

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia apresenta as seguintes apólices de seguros contratadas com terceiros:

Modalidade	Cobertura	Vigência
Risco de engenharia + ALOP	3.037.621	mai/15 a mar/19
Garantia de concessões públicas	343.634	mar/17 a mar/18
Risco operacional	342.704	jun/17 a jun/18
Responsabilidade civil - Engenharia	50.000	mai/14 a mar/19
Risco de administradores e diretores	40.000	mar/17 a mar/18
Responsabilidade civil	60.000	jun/17 a jun/18
Seguro de veículos (a)	(*)	out/16 a set/17

(*) 100% a 110% da tabela FIPE.

(a) Seguro de veículos

A Companhia está em processo de renovação, conforme mencionado na Nota 30 (b).

Notas Explicativas

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela Administração da Companhia.

30. Eventos Subsequentes

a) Vencimento da Dívida

A Companhia está em negociação com a Acionista em relação aos vencimentos das dívidas e que está em vias de prorrogação da mesma, conforme já comentado na Nota 16.

b) Renovação de Seguro

Em 20 de outubro de 2017 a Companhia realizou a renovação do seguro de veículos, estes veículos são utilizados para a operação de atendimento aos usuários.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos:

Administradores e Acionistas da

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Cuiabá – MT

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Rota do Oeste S.A. (Companhia), contidas no formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao período findo em 30 de setembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para o período de nove meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) "Demonstração intermediária", assim como pela apresentação destas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Responsabilidade dos auditores independentes

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 "Revisão de informações intermediárias executadas pelo auditor da entidade" e ISRE 2410 "Review of financial information performed by the independent auditor of the entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter uma segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria, portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Endividamento de curto prazo

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, chamamos a atenção para o fato de que em 30 de setembro de 2017 o passivo circulante da Companhia excede seu ativo circulante no montante de

R\$ 1.328.428 oriundos da sua dívida de curto prazo com instituições financeiras. Conforme mencionado na nota explicativa nº 01 a Companhia encontra-se em negociação junto a instituições financeiras para a contratação de empréstimos e financiamentos de longo prazo, visando o reequilíbrio dessa situação. Eventual insucesso dessas negociações e a não confirmação da captação de recursos com terceiros suscitaria incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade do plano de investimentos da Companhia. As demonstrações contábeis em 30 de setembro de 2017 não contêm ajustes e/ou reclassificações por conta desse assunto. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a este assunto.

Ênfase

Operação Lava Jato

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Pùblico Federal, no contexto da chamada Operação Lava Jato, e que envolvem determinadas empresas e executivos do Grupo Odebrecht, da qual a Companhia faz parte. Até o presente momento, não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As demonstrações contábeis da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos, nossa conclusão não contém ressalva relacionada a este assunto.

Outros assuntos

Informação suplementar – Demonstrações do Valor Adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações contábeis intermediárias é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com às demonstrações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 10 de novembro de 2017

Nelson Fernandes Barreto Filho

CT CRC 1SP-151.079/O-0 S" MT

Ednilson Attizani

CT CRC 1SP-293.919/O-7 S" MT

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, os diretores abaixo designados da Concessionária Rota do Oeste S.A (“Concessionária”), sociedade por ações, com sede na Av. Miguel Sutil, 15.160, Coophamil, Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ 19.521.322/0001-04, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Grant Thornton Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Companhia referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017.

Cuiabá, 13 de novembro de 2017.

Hélio Boleira Sieiro Guimarães

Diretor Presidente

Fernando Cezar Xavier

Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

Diogo Wanderley Costa Santiago

Diretor Técnico de Engenharia

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, os diretores abaixo designados da Concessionária Rota do Oeste S.A (“Concessionária”), sociedade por ações, com sede na Av. Miguel Sutil, 15.160, Coophamil, Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ 19.521.322/0001-04, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Grant Thornton Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Companhia referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017.

Cuiabá, 13 de novembro de 2017.

Hélio Boleira Sieiro Guimarães

Diretor Presidente

Fernando Cezar Xavier

Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

Diogo Wanderley Costa Santiago

Diretor Técnico de Engenharia

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	<p>MOTIVO DA REAPRESENTAÇÃO: DADOS DA EMPRESA/COMPOSIÇÃO DO CAPITAL ALTERADA EM 01/09/17 - CONFORME ATA SUBMETIDA EM 12/09/17 (SOB PROTÓCOLO DE ENTREGA 023922IPE010920170104299009- 63) E FORMULÁRIO DE REFERENCIA SUBMETIDO EM 13/09/17 (SOB PROTÓCOLO DE ENTREGA 023922FRE201720170300068701-76) .</p> <p>O CAPITAL DA COMPANHIA, É ATUALMENTE COMPOSTO POR 363.558 AÇÕES ORDINÁRIAS E NÃO 313.558 AÇÕES ORDINARIAS, CONFORME APRESENTADO NA VERSÃO 01 DO FORMULÁRIO PADRONIZADO/INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS, QUANDO PARA O 3T17.</p>